



Irmã Elisabeth Silveira e a educação feminina no Colégio da Imaculada Conceição, Fortaleza-CE

*Sister Elisabeth Silveira and female education at
Colégio da Imaculada Conceição*

*Hermana Elisabeth Silveira y la educación femenina
en el Colégio da Imaculada Conceição*

LIA MACHADO FIUZA FIALHO ^a

FRANCISCA GENIFER ANDRADE DE SOUSA ^b

Resumo

O estudo trata da educação de mulheres em meados do século XX, mais especificamente daquelas provenientes da elite cearense. O objetivo foi compreender, a partir da biografia da irmã Elisabeth Silveira, a educação que lhe foi conferida e a sua atuação docente, o que lhe ensejou destaque social na formação feminina no período de 1943 a 1968. Amparou-se teoricamente na história cultural para realizar uma pesquisa do tipo biográfico que adotou a História Oral como metodologia. A coleta de dados ocorreu mediante entrevistas livres desenvolvidas com duas ex-alunas, duas amigas e uma sobrinha da biografada, entrecruzadas com fontes documentais – jornais e livro de homenagem. Os resultados mostraram que Elisabeth Silveira foi uma mulher que gozou de trajetória formativa privilegiada, por morar na capital cearense e poder frequentar o prestigiado Colégio da Imaculada Conceição, onde concluiu o Curso Normal. Posteriormente tornou-se freira e passou a atuar como professora na referida instituição. Suas práticas educativas para a formação feminina eram pautadas na religiosidade, no ensino tradicional e na

^a Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil. Doutora em Educação Brasileira, e-mail: lia_fialho@yahoo.com.br

^b Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil. Mestre em Educação, e-mail: geniferandrade@yahoo.com.br

valorização do disciplinamento. O objetivo era educar moças de poder aquisitivo diferenciado, mediante escolarização, para que se tornassem comportadas, obedientes, religiosas, caridosas, recatadas e prendadas suficientemente para conseguirem casamentos, preferencialmente com homens provenientes de famílias bem-sucedidas financeiramente, com algum prestígio social.

Palavras-chave: Biografia. Irmã Elisabeth Silveira. Colégio da Imaculada Conceição. Educação feminina. Docência.

Abstract

The study deals with the education of women in the mid-twentieth century, more specifically those from the elite of Ceará. The objective was to understand, based on Sister Elisabeth Silveira's biography, the education she was given and her teaching performance, which gave her social prominence in women's education in the period 1943-1968. It was supported theoretically in Cultural History to carry out a research of the biographical type that adopted oral history as a methodology. Data collection proceeded through free interviews developed with two former students, two friends and a niece of the biographer, interwoven with documentary sources - newspapers and a tribute book. The results showed that Elisabeth Silveira was a woman who enjoyed a privileged training trajectory, as she lived in the capital of Ceará and was able to attend the prestigious Colégio da Imaculada Conceição, where she completed the Normal Course. She became a nun and started to work as a teacher at that institution. Their educational practices for female education were based on religiosity, traditional teaching and the valorization of disciplining, to train young women, with differentiated purchasing power, schooled, behaved, obedient, religious, charitable, demure and secluded enough to achieve marriages, preferably, with men from financially successful families, with some social standing.

Keywords: *Biography. Sister Elisabeth Silveira. Colégio da Imaculada Conceição. Female education. Teaching.*

Resumen

El estudio aborda la educación de las mujeres a mediados del siglo XX, más específicamente las de la élite de Ceará. Se objetiva comprender, a partir de la biografía de la hermana Elisabeth Silveira, la educación que se le dio y su desempeño docente, lo que le dio importancia social en la educación de las mujeres en el período de 1943 a 1968. Se apoya teóricamente en la Historia Cultural para llevar a cabo una investigación del tipo biográfico que adoptó la Historia Oral como metodología. La recopilación de datos se realizó a través de entrevistas libres desarrolladas con dos ex-alumnas, dos amigas y una sobrina de la biografada, entrelazadas con fuentes documentales: periódicos y un libro de homenaje. Los resultados mostraron que Elisabeth Silveira era una mujer que disfrutaba de una trayectoria de entrenamiento privilegiada, ya que vivía

en la capital de Ceará y podía asistir al prestigioso Colégio da Imaculada Conceição, donde completó el Curso Normal. Se convirtió en monja y comenzó a trabajar como maestra en la institución mencionada. Sus prácticas educativas para la educación femenina se basaban en la religiosidad, la enseñanza tradicional y la valorización de la disciplina. El objetivo era educar a las mujeres jóvenes con poder adquisitivo diferenciado, a través de la escolarización, para que se comportaran bien y fueran obedientes, religiosas, caritativas, modestas y lo suficientemente capacitadas como para lograr matrimonios, preferiblemente con hombres de familias financieramente exitosas, con prestigio social.

Palabras clave: *Biografía. Hermana Elisabeth Silveira. Colégio da Imaculada Conceição. Educación femenina. Docencia.*

Introdução

O estudo se debruça sobre a história de vida e formação da professora religiosa irmã Elisabeth Silveira, freira que dedicou mais de 60 anos de sua vida à educação cearense, mais precisamente no Colégio da Imaculada Conceição (CIC), onde começou estudar em 1930. Nessa época, a educação feminina era privilégio de um grupo seletivo — aquele mais abastado economicamente —, o que acarretava a marginalidade de muitas mulheres quanto à educação formal (GONDRA; SCHUELER, 2008). Ainda que as escolas das Províncias do Brasil tenham sido criadas a partir da Lei de 15 de outubro de 1827, incluindo aulas para meninas ministradas por professoras, Araújo (2015) destaca que, no Ceará, foi somente no final do século XIX que as escolas passaram a receber moças sob a pretensão de formar professoras com habilitação específica para o exercício do magistério e, ao mesmo tempo, educar com base no modelo de mulher esperado pela sociedade, cujo papel era cuidar do lar e da família.

No Ceará, a primeira instituição a se dedicar à educação feminina foi o CIC, fundado em 1865 pelas irmãs de caridade da Congregação de São Vicente de Paulo; veículo para a igreja católica conferir instrução às moças fortalezenses e de regiões interioranas, unindo religiosidade ao conhecimento sistematizado, de modo que, segundo Girão (1999), o espírito cristão fosse vivenciado de maneira integral. Uma dessas alunas do CIC foi a pacotiense Elisabeth Silveira, que se formou no Curso Normal da instituição em 1937 e, dois anos mais tarde, resolveu se dedicar à vida religiosa, atuando como educadora e diretora do CIC, onde permaneceu até sua morte.

A imagem que se tem divulgado em jornais e programas de televisão sobre Elisabeth Silveira faz referência a uma mulher virtuosa, comprometida com a difusão da educação nos preceitos da fé católica e com os serviços de caridade. Ela também foi considerada a guardiã da memória do CIC, pelo fato de ter sido por muito tempo, até o ano de seu falecimento, em 2015, a freira mais antiga do CIC, quem muito se dedicou à educação dentro da instituição. Elisabeth Silveira foi inclusive reconhecida em vida por sua contribuição educacional em Fortaleza, sendo homenageada com prêmios, como o troféu Sereia de Ouro¹, bem como noticiada por diversos jornais regionais — *O Povo*, *Diário do Nordeste* e *Tribuna do Ceará*.

Na contramão do que foi exposto anteriormente, nas bases de dados de pesquisas científicas nada se encontra sobre a educadora, com exceção da dissertação que originou este artigo científico², pois, ao buscar por “Irmã Elisabeth Silveira” and “Colégio da Imaculada Conceição” na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO), não foi apresentada nenhuma produção com referência à biografada em tela.

Nesse sentido, a história e a memória de Elisabeth Silveira não foram tratadas no campo acadêmico; mais especificamente no que tange à sua formação educativa e ao seu exercício na docência, nada foi veiculado, seja nos bancos de dados científicos, seja nas reportagens dos meios de comunicação. Essa lacuna enseja a originalidade desta pesquisa, já que se elabora uma narrativa com ênfase na educação e carreira da referida docente na interface com as práticas educativas empreendidas, que vem (re)constituir, com olhos do presente, aspectos da história da educação fortalezense (1943-1968) desde uma vida particular. Considerando o fato de que Elisabeth Silveira só foi considerada publicamente a partir do momento em que obteve prestígio social

¹ Troféu concedido pelo Grupo Edson Queiroz (pertencente à família de mesmo sobrenome, a qual concentra boa parte das riquezas da cidade de Fortaleza) em solenidade local. Esse prêmio gera visibilidade a indivíduos, ensejando reconhecimento e prestando uma homenagem a quem se destaca em uma determinada área e contribui para o desenvolvimento do Ceará.

² Dissertação de mestrado defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, de autoria de Francisca Genifer Andrade de Sousa, orientada por Lia Machado Fiuza Fialho, proveniente do projeto de pesquisa denominado “Educação e educadoras do Ceará: práticas leituras e representações”, que é coordenado pela referida orientadora.

como diretora do CIC, tudo o que antecede esse momento foi silenciado, ou seja, todo o contexto formativo e a história da educação feminina imbricada em sua vida. Esses aspectos silenciados/invisibilizados são importantes, pois desvelar a história coletiva desde o individual, com olhar micro-histórico, permite analisar, com maior riqueza de detalhes e profundidade, as conjunturas específicas na indissociabilidade com o contexto coletivo e nacional (LORIGA, 2011).

Uma problemática impulsionou a realização desta pesquisa: quais as condições formativas vivenciadas por Elisabeth Silveira e as suas práticas educativas empreendidas na educação feminina que lhe proporcionaram tornar-se uma docente de relativo prestígio social no cenário educativo do estado do Ceará em meados do século XX? Ante essa inquietação, desenvolveu-se um estudo com o objetivo de compreender, a partir da biografia da irmã Elisabeth Silveira, a educação que lhe foi conferida e a sua atuação docente, o que lhe ensejou destaque social na formação feminina no período de 1943 a 1968.

A investigação da prática docente de Elisabeth Silveira pode contribuir para ampliar a compreensão acerca das especificidades da História da Educação do Ceará, já que permaneceu vinculada ao CIC, uma das principais instituições para a educação feminina em Fortaleza, como estudante (1930-1937), professora e coordenadora do Curso Normal (1943-1968), diretora (1985-1994), coordenadora da Associação das Ex-Alunas e assessora na direção (1996-2015). Escrever uma biografia abarcando todo esse íterim, no entanto, compreenderia um espaço temporal muito extenso para um artigo científico; logo, ao considerar o postulado de Dosse (2015), que assevera que um estudo biográfico não necessita dar conta de toda uma vida nas suas variadas nuances, delimitou-se o recorte temporal de 1943 a 1968, período em que Elisabeth Silveira atuou como professora do CIC.

Desenvolveu-se, todavia, uma pesquisa amparada nos princípios teóricos da História Cultural (BURKE, 1992), do tipo biográfico (DOSSE, 2015), que utiliza a História Oral como metodologia (ALBERTI, 2005), como será mais bem detalhado na seção metodológica. Esse imbricamento vem ensejar visibilidade às memórias e às experiências de sujeitos que conviveram com Elisabeth Silveira, traçando o perfil formativo e docente dessa educadora cearense que colaborou com a formação de inúmeras jovens, compreendendo até três gerações, no século XX. Perpassa-se pela

compreensão da história educativa local, já que o individual representa o coletivo (AVELAR, 2007), valoriza-se a regionalidade e preserva-se a memória da educação cearense, além de lançar luz à educação feminina (PRIORE, 2009).

Nesse sentido, foi o imbricamento da vida oculta com a figura pública de Elisabeth Silveira que mereceu registro histórico. A propósito, o estudo de uma história individual, que não pode ser dissociada do todo que a compreende, é possível desde a análise mais detalhada de um microcontexto que expressa características e suscita análises inter-relacionadas com o macrocontexto, especialmente no que diz respeito à educação cearense (FIALHO *et al.*, 2020; SOARES; VIANA, 2016).

A organização narrativa do estudo subdivide-se em oito seções: a presente seção, “Introdução”, que contextualiza a temática, bem como apresenta a problemática, o objetivo e a relevância da pesquisa; “Percurso metodológico”, na qual são delineados o tipo do estudo, a técnica de coleta de dados e os aspectos éticos; “Contexto familiar e educativo”, discute sobre o meio familiar a que pertenceu a biografada e sobre a sua escolarização formal; “De Maria José a irmã Elisabeth”, debruça-se sobre o momento de transição da biografada, em que a jovem Maria José decide seguir carreira religiosa como freira e passa a se chamar irmã Elisabeth Silveira; “Docência de irmã Elisabeth no CIC interrompida pela ditadura (1943-1968)”, descortina a docência dessa professora nos variados aspectos; por fim, apresentam-se as “Considerações finais”, nas quais se retoma a problemática e objetivo para responde-los compilando os principais resultados e discussões.

Percurso teórico-metodológico

De acordo com Burke (1992), a Nova História Cultural permite que as conjunturas sejam pensadas e escritas por diversos vieses, valorizando outras perspectivas metodológicas e viabilizando as pesquisas micro-históricas (LORIGA, 2011), a exemplo da biografia. Essa corrente historiográfica, a partir da revolução da Historiografia, impulsionada pela Escola dos Annales, fundada em 1929, mais especificamente após a terceira geração desse movimento, tornou factível questionar o monopólio político sobre a perspectiva econômica e social e alargar a compreensão de fontes e de sujeitos históricos, fazendo emergir a História Cultural (BURKE, 1992).

Esta possibilitou compreender a História por meio de fontes até então desprivilegiadas, como a oral, ao realçar aspectos da educação, da cultura e do cotidiano de pessoas comuns (CARVALHO, 2019).

O estudo de caráter biográfico em tela, ao facultar a compreensão do todo pela parte à medida que o sujeito eleito está inserido na sociedade e com ela interage, e considerar a abertura de fontes proporcionadas pela História Cultural, traz marcas do tempo vivido (RODRIGUES, 2015). Por isso, ao proporcionar o conhecimento de aspectos históricos imbricados à vida de Elisabeth Silveira, entende-se que o estudo de sua vida pode ampliar a compreensão do macro pelo micro, já que “[...] se tem preocupado em transcender o mero estudo individual para problematizar sobre questões mais vastas” (AVELAR, 2007, p. 57). Nessa perspectiva, o fazer biográfico emergente no século XXI é aquele pautado nas peculiaridades de uma vida, mas que a ela não se restringe (KNOBLAUCH; TORALES, 2012), já que reverencia acontecimentos e conjunturas para situar o sujeito no tempo e no espaço, “[...] de modo que, em vez de simplificar a trajetória numa visão linear e teleológica, possibilita uma compreensão holística que pode variar do geral para o particular ou vice-versa, em diálogo constante entre sujeito e contexto histórico” (FIALHO, 2017, p. 26).

Ao enveredar pela escrita biográfica no campo da História da Educação, interessa destacar sujeitos que têm ou que tiveram as suas vidas entrelaçadas com a docência, de forma que as memórias, lembranças e discursos contribuam para ampliar a compreensão do campo educacional (FIALHO; DÍAZ, 2020). Por conseguinte, a História Oral de e sobre professoras se torna um valioso instrumento para a coleta de dados (JUCÁ, 2001), dado que permite acesso às memórias individuais e coletivas para a construção da identidade de um sujeito e de um grupo, consolidando-se em uma “[...] opção metodológica que possibilita outros olhares sobre um conhecimento de uma época, de uma sociedade, a partir de um sujeito e sua história de vida” (NUNES, 2014, p. 13).

Seguindo tais pressupostos, a coleta dos dados para a reconstituição histórica da biografia de Elisabeth Silveira foi realizada por meio de entrevistas livres em História Oral (MEIHY; HOLANDA, 2007) com cinco sujeitos: duas ex-alunas dessa educadora (Rita de Cássia Vasconcelos e Cira de Matos Brito), uma ex-docente do

Imaculada Conceição que conviveu com a freira durante 25 anos (Jane Eyre Viana), a filha de Maria de Lourdes Moraes Costa, amiga já falecida de Elisabeth Silveira (Edênia Brandão) e uma sobrinha de Elisabeth Silveira (Maria José Nunes). Estas mulheres foram selecionadas ou pela proximidade que desenvolveram com a biografada ou pelo conhecimento acumulado acerca de sua história de vida.

As entrevistas livres foram realizadas entre junho e novembro de 2018, no CIC, com duração média de 50 minutos, as quais focaram as memórias das entrevistadas a respeito da educação e docência de Elisabeth Silveira. Os relatos orais foram gravados, transcritos, textualizados e validados pelas colaboradoras, que puderam ler e conferir as informações prestadas realizando supressões ou acréscimos para qualificar a interpretação leitora.

Importa salientar que se respeitaram os aspectos éticos quanto às pesquisas que envolvem seres humanos, logo o estudo possuiu autorização prévia do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará e do Conselho Nacional (Parecer n. 2.585.705/2018) e todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que explicitou o escopo da pesquisa, a metodologia utilizada, a forma de participação (voluntária e sem preservação de anonimato) e os possíveis riscos.

Foi realizado o entrecruzamento de fontes entre as fontes orais coletadas mediante as entrevistas e as reportagens e entrevistas realizadas com Elisabeth Silveira pelos jornais *O Povo*, *Diário do Nordeste* e *Tribuna do Ceará*, bem como o livro de homenagens *80 anos... É bom que isso aconteça!* (SOARES, 2000), publicado por ex-alunos dessa educadora com vistas a felicitá-la pelo seu aniversário, momento em que rememoraram alguns eventos relacionados à sua docência. Dessa forma, como leciona Foucault (2011), tais insumos foram considerados documentos-monumento, já que a sua análise minuciosa fundamentou as discussões sobre a docência da biografada.

Contexto familiar

Maria José Bastos Silveira (futura irmã Elisabeth Silveira), doravante apenas Maria José, nasceu em 11 de abril de 1920 na cidade de Fortaleza, Ceará, e faleceu em 2015. Era a filha primogênita da professora Olga Bastos Silveira e do

comerciante Adalberto Nepomuceno Silveira, que tiveram oito filhos. Toda a família residia em Pacoti, região serrana localizada a 102,7 quilômetros da capital cearense, com exceção de Maria José, que, ainda criança, foi morar com duas tias, Olímpia e Maroca, no Centro de Fortaleza. Essas mulheres foram figuras muito importantes na educação de Maria José, já que eram amorosas e exigentes, valorizando a formação escolar da sobrinha.

Maria José foi educada com boas condições financeiras, pois, além da ajuda financeira dos pais, ainda contava com o apoio das tias. Em consequência, sua trajetória educativa desenvolveu-se em instituições de prestígio social na capital cearense. Segundo Magalhães Junior (2007), na primeira metade do século XX, poucas eram as meninas cearenses que tinham acesso à escolarização formal. As menos abastadas recebiam instrução diretamente das mães no ambiente doméstico, e somente as que possuíam melhores condições financeiras eram instruídas por preceptores e/ou professores particulares, bem como iam ser educadas em internatos (GONDRA; SCHUELER, 2008; LOPES, 2019). Dados de Vieira (2002) mostram que na década de 1920, quando Maria José iniciou a escolarização formal, o índice de analfabetismo no Ceará atingia 75,5% da população, sendo que as matrículas no Ensino Primário somavam 20.676, distribuídas em 446 estabelecimentos, mas, desse quantitativo, no que concerne ao sexo feminino, somente 136 mulheres efetivaram matrícula na Escola Normal e, quando iniciavam a escolarização, eram as mais suscetíveis à descontinuidade dos estudos.

Maria José teve acesso à educação primária no Grupo Escolar Santos Dumont, situado no Centro de Fortaleza, próximo de onde residia. O modelo de educação primária empreendido surgiu a partir da Proclamação da República, em 1889, quando foi advogado que a instrução pública deveria passar por reformas e, espelhando-se na escola francesa, houve a implantação das escolas graduadas por meio da criação dos grupos escolares. “A organização dos grupos escolares estabelecia a reunião de várias escolas primárias de uma determinada área em um único prédio” (BENCOSTA, 2001, p. 106), o que viabilizou o agrupamento de estudantes com idades e níveis de aprendizagem semelhantes em uma mesma turma. Todavia, no cenário cearense, os grupos escolares eram exíguos e não atendiam a todos os interessados; somente na capital do estado, Fortaleza, era possível contar com formação mais qualificada. A

despeito das promessas dos chefes das demais províncias, por vezes, sequer sediavam algum estabelecimento de educação formal (SOUZA, 1961).

Ao concluir o primário, Maria José ingressou no Colégio da Imaculada Conceição (CIC), aos 10 anos de idade, em sistema de internato, no ano de 1930. As tias com quem morava eram as responsáveis por custear a sua educação na referida instituição privada, referência na educação feminina. De acordo com Girão (1999), estudar no CIC implicava muitos gastos, tanto com mensalidades quanto com o enxoval, o que tornava esse colégio o lócus da elite cearense. Nesse ambiente, pautado pela ordem e pela disciplina, as moças eram imbuídas do espírito mariano, que apregoava a docilidade e a obediência (MAGALHÃES JUNIOR, 2007).

Depois de sete anos estudando no CIC, colégio então equiparado à Escola Normal Pedro II, tendo concluído o Curso Normal em 1937, Maria José se encontrava apta para atuar como professora no magistério Primário. Então, aos 17 anos, retornou a Pacoti para morar com os pais e atuar como docente nessa região interiorana do Ceará. Essa era uma prática comum, já que as famílias que tinham melhores condições financeiras investiam na formação das filhas nos colégios internos da capital, as quais, em seguida, retornavam ao lar com formação educacional diferenciada, o que lhes conferia maior prestígio para se casarem com rapazes mais abastados financeiramente. Em sistema de internato, as meninas eram preparadas para o convívio social comedido, aprendendo as regras para serem “boas” donas de casa ao mesmo tempo que aprendiam o ofício para o magistério, profissão amplamente difundida e aceita para as mulheres por ser considerada extensão das prendas do lar e preparo para a maternidade (LOURO, 2001).

Em Pacoti, Maria José logo se tornou professora primária do Grupo Escolar Menezes Pimentel, afinal no interior não havia muita concorrência por uma vaga de professora como nos centros urbanos (BARREIRA, 1949), pois existia uma carência de professoras com formação específica, sendo tal emprego assegurado às poucas com essa qualificação. No referido grupo escolar pacotiense, lecionou até 1941, quando decidiu seguir carreira religiosa como freira.

De Maria José a irmã Elisabeth

Historicamente muitas mulheres que se tornavam freiras eram motivadas a seguir tal carreira por não conseguirem um bom casamento (NUNES, 1997), mas, no caso de Maria José, conforme ela argumentou em entrevista que concedeu no ano do seu falecimento, a escolha pela vida religiosa foi obra divina: “Eu não sei o que foi que se operou aqui dentro de mim. Coisa de Deus mesmo. Eu sentia falta de alguma coisa” (O POVO, 2015, p. 5). Observou-se, no entanto, que ela sentia falta da vida na cidade e tornar-se religiosa era uma maneira de retornar à sua vida no CIC.

Em 2002, interrogada sobre o processo de descoberta do interesse pela vida religiosa, ela assim se pronunciou:

Isto é um mistério, viu?! Mas, concretamente, eu estudei neste colégio desde criança e aqui toda a minha vida foi sempre nesse ambiente de tranquilidade, de religiosidade. Naquela época, nós trabalhávamos muito com as irmãs em catequese [...]. Então, terminei o meu curso no colégio, fui trabalhar em Pacoti, depois de ter sido diplomada no Curso Normal. [...] E naquele ambiente muito bonito de serra [...] eu sentia falta de alguma coisa a mais. Isto me levou a ter uma espécie de atração por uma vida mais recolhida — não uma vida totalmente fechada, enclausurada, mas uma vida como aquela que eu havia conhecido no colégio: de trabalho para os pobres e de educação. Por sorte, eu me decidi e vim, voltei para o meu colégio (CAPIBARIBE NETO, 2002, p. 4).

Com base no exposto, nota-se que a educação religiosa de Maria José, apesar de não ser condição única e determinante, influenciou na naturalização de uma vida de oração, repleta de atividades caritativas, devota a Deus e de trabalhos cívicos imbricados nas obras da irmandade vicentina. Com efeito, compreende-se que não era incomum que, ao ter aquele modelo educativo, algumas alunas se identificassem com a vida cristã e se decidissem também a se tornarem freiras, seguindo o exemplo das líderes religiosas (SOARES, 2013). Todavia, essa não era uma escolha habitual das moças da época, que viam no casamento a concretização de um sonho: o de ser mulher respeitada pela sociedade e construir uma família. Além disso, nos espaços de educação formal de mulheres, “[...] dentro da divisão burguesa ‘tradicional’, preparavam-se para ser esposas de homens bem-sucedidos e boas mães de família, podendo atuar em alguns espaços restritos da vida pública, como no magistério primário” (DALLABRIDA, 2017, p. 34). Nessa perspectiva, considera-se que “[...] a

jovem Maria José, diferente das demais de sua idade, buscou outros caminhos que não o comum às que encontraram no amor conjugal e na formação de uma nova família a realização como pessoa” (SOARES, 2000, p. 11), ainda que o percurso escolhido, dedicado Deus, também fosse largamente aceito pela sociedade.

Maria José seguiu, em 1941, para a Casa Provincial das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, no Rio de Janeiro, onde permaneceu durante um ano e meio — tempo de preparação para se tornar freira. Em 1943 retornou a Fortaleza com novo nome, irmã Elisabeth Silveira, e foi atuar como docente no prestigiado CIC, aos 23 anos de idade, ministrando as disciplinas de Português, Francês, Religião e Psicologia nos cursos Ginásial, Científico e Pedagógico. A partir de 1951, assumiu a coordenação desse último curso, após concluir a licenciatura em Letras Neolatinas, em 1950.

Em 1968, irmã Elisabeth Silveira, doravante apenas irmã Elisabeth, teve a docência no CIC interrompida por uma viagem à França, onde estudou pós-graduação em Língua Francesa e em Psicologia no Instituto Católico de Paris, além de ter atuado como tradutora oficial de língua portuguesa do Centro de Traduções das Filhas de Caridade da Congregação Vicentina. Em 1971, ela voltou ao Ceará, mas dessa vez não retornou para o CIC, pois foi designada para Aracati, região litorânea do Ceará, a 150 quilômetros de Fortaleza, onde foi irmã superiora do Instituto São José até 1976. Nessa cidade, também foi superiora do Hospital Luísa de Marillac (1977) e professora de Orientação Educacional da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Já na década de 1980, retornou a Fortaleza, onde foi superiora da Casa Provincial das Filhas de Caridade e membro do Conselho Provincial, de 1980 a 1985. Em 1985, foi convidada a assumir a direção do CIC, função que desempenhou durante dez anos consecutivos e que lhe conferiu maior visibilidade; na sequência, já idosa, continuou auxiliando na tarefa educativa dessa instituição até falecer, no dia 5 de junho de 2015, vítima de hemorragia interna.

Apresentada brevemente a vida de irmã Elisabeth, com ênfase na sua formação educativa e atuação profissional no campo educacional, serão discutidas as experiências vividas por essa professora religiosa no contexto educacional feminino do Ceará na inter-relação indissociável com o contexto histórico do período em que irmã Elisabeth foi docente do CIC (1943-1968), recorte temporal selecionado como

central neste estudo. Afinal, abarcar todas as peculiaridades imbricadas dos aspectos educacionais dos 95 anos de vida da educadora em tela não seria plausível para um artigo científico diminuto.

Docência de irmã Elisabeth no CIC interrompida pela ditadura (1943-1968)

O conceito de prática docente que perpassa por esta seção é aquele enunciado por Libâneo (1994), segundo o qual podemos entendê-la como a ação intencional e sistematizada, com objetivos previamente definidos, que se desenvolve em ambientes de escolarização formal (como escolas) e que se orienta pelo conjunto de conhecimentos da Didática e da Pedagogia, áreas que se empenham no estudo do processo de ensino e de aprendizagem.

Uma das entrevistadas, Rita de Cássia, conheceu irmã Elisabeth assim que retornou do seminário de formação no Rio de Janeiro, em 1943, mas só foi sua aluna mais tarde, em 1949. Sobre essa época, ela contou que não havia coordenador no colégio, sendo as freiras as responsáveis por acompanharem o desenvolvimento de cada turma: *“Ela foi a minha primeira mestra de classe. Naquele tempo, o colégio não tinha coordenadores, tinha a mestra de classe. Cada irmã do colégio era responsável por turmas. Isso tinha uma influência muito forte na personalidade da gente”*³. As mestras de classe faziam acompanhamento direto com as alunas, o que, por vezes, culminava em uma forte ligação entre ambas. Segundo Magalhães Junior (2007), esse cargo existia não somente no CIC como também em outras instituições confessionais de formação de mulheres, implicando o acompanhamento pedagógico, a orientação e a vigília integral das moças.

O modelo de formação mariano, já mencionado em seção anterior, era largamente defendido por irmã Elisabeth, tanto que ela acreditava que a educação não se separa da religiosidade: *“Para mim, não existem diferenças entre a vida religiosa e de educadora. Eu sou uma educadora religiosa, porque, quando eu transmito*

³ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Rita de Cássia Vasconcelos. Fortaleza, 7 jun. 2018. Duração: 40min.

conhecimento, transmito também inspiração religiosa que sai de mim. Gosto dessa troca” (CAPIBARIBE NETO, 2002, p. 6).

A religiosidade da irmã Elisabeth para com as alunas era manifestada integralmente e de modo complementar à prática docente. Sobre esse assunto, Edênia Brandão explicou que a freira sempre pontuava que a oração era muito importante: “*Quando a gente chegava, tinha que ter uma oração, porque ela dizia que a oração era a base de tudo. Era, assim, muito religiosa*”⁴. Portanto, constatou-se que havia influência direta da religião católica na educação feminina desenvolvida pela freira.

A religiosidade de irmã Elisabeth se dava de acordo com o ambiente confessional onde ela estava inserida, no entanto, no Brasil e, por conseguinte, no Ceará, o ensino religioso era desenvolvido em todas as escolas, já que a Constituição Federal de 1937, que preservou a tendência conservadora do ensino religioso nas Escolas Primárias, Normais e Secundárias (BRASIL, 1937), foi integralmente incorporada à Constituição Estadual do Ceará de 1945 (CEARÁ, 2005-2006), que, embora redigida em um momento que ensaiava a redemocratização, “[...] em matéria de educação, entretanto, a Carta cearense não reflete esse novo espírito. Antes, incorpora as orientações da Constituição Federal de 1937” (VIEIRA, 2006, p. 32). Por isso, o ensino da religião católica era habitual nas escolas cearenses, mais enfaticamente no CIC, por ser uma escola confessional gerida com uma congregação religiosa.

A postura de educadora religiosa interferiu na escolha de outras estudantes a seguir na Congregação Vicentina, como foi o caso da irmã Rita, grande admiradora de irmã Elisabeth. Ela contou que o desejo de ser freira surgiu a partir do convívio com a professora, que foi a primeira a saber da sua decisão: “*[...] Eu lembro que, quando eu decidi entrar na comunidade, ela foi a primeira a saber. [...] ela ficou muito contente*”⁵.

Para Stein (1999), de acordo com os princípios da igreja católica, a mulher dessa época era instrumento crucial na disseminação dos princípios religiosos, cabendo a ela imbuir a doutrina cristã no contexto do lar, entre seus filhos, e em

⁴ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Edênia Brandão. Fortaleza, 23 out. 2018. Duração: 24min.

⁵ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Rita de Cássia Vasconcelos. Fortaleza, 7 jun. 2018. Duração: 40min.

todos os locais por onde passasse, inclusive no âmbito docente. “Por sua função como instrumento da maternidade da igreja, a mulher é chamada a levar a juventude, especialmente a juventude feminina, para o seio da igreja” (STEIN, 1999, p. 266), e assim fez irmã Elisabeth ao conduzir a educação de inúmeras alunas com amparo nos preceitos marianos.

A docência de irmã Elisabeth era pautada pela corrente tradicional e tinha como objetivo a transmissão de conhecimentos e valores que ela julgava essenciais para propiciar uma formação cristã ao público feminino, que naturalizava o papel social da mulher ante a preservação de valores como: a pureza, a castidade, a subserviência aos homens (pai, esposo) e a Deus, a discrição, a paciência, a amorosidade com os filhos, a habilidade para os serviços domésticos, etc. Ela assim descreveu sua postura docente: “Eu era exigente, era séria, muito exigente. Depois eu melhorei. [...] Acho que eu tinha medo. Não sei. Eu era tímida. E nos meus primeiros anos [como professora], eu fui muito exigente, muito austera” (O POVO, 2015, p. 7).

A sobrinha de irmã Elisabeth, Maria José Nunes, contou que, certa vez, a tia lhe revelou que se portava de forma rígida porque era muito tímida e se manter autoritária era uma maneira de amenizar a timidez, já que essa postura culminava por afastar as alunas: “*Tia freira me falou que era muito tímida, por isso apresentava ser severa e autoritária*”⁶. Ainda que, anos depois, tentasse justificar sua imagem de mulher austera e autoritária alegando timidez e necessidade de manter o respeito à disciplina, sabe-se que tal postura tradicional era característica predominante entre as educadoras religiosas, que lidavam então com o ensino mnemônico, verticalizado, centrado na figura do professor como autoridade detentora do conhecimento, método que foi amplamente aceito até meados do século XX (NOGUEIRA, 2011).

Em todo o Brasil, as práticas tradicionais eram enxergadas como adequadas para erradicar o analfabetismo, sendo que, especificamente no que concerne ao Ceará, mesmo quando essa vertente foi questionada por Lourenço Filho, em 1922, ela sempre esteve fortemente empregada nas escolas, apesar de disputada a sua incapacidade de sanar os problemas educacionais. Em 1950, por exemplo, a taxa de analfabetismo no Ceará era de 73,28% (SOUZA, 1961) e já se problematizavam as

⁶ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Maria José Nunes Silveira. Fortaleza, 13 nov. 2018. Duração: 57min.

técnicas de ensino descontextualizadas, autoritárias e verticalizadas para fomentar a alfabetização; entretanto, irmã Elisabeth continuava adotando tal postura docente.

Jane Eyre Viana contou que a irmã Elisabeth “[...] *tinha pavor a barulho. Ela dizia que não se concebia construção de aprendizagem se não fosse um barulho pedagógico. Barulho de grito, ela tinha pavor; arrastar cadeira, menino gritando*”⁷. Para chamar a atenção das alunas e conseguir o silêncio absoluto, Cira de Matos Brito contou que irmã Elisabeth fazia uso de um instrumento chamado matraca⁸. “*Quando ela chegava à sala e emitia o som desse objeto, era sinal de que todos deviam se calar. Caso o barulho permanecesse, ela começava a aula falando baixinho para que as alunas percebessem que estavam atrapalhando e se calassem*”⁹.

A preservação e a valorização do rigor consoante a disciplina, atributo de forte realce quando se trata da postura da docente aqui referenciada, podem ser consideradas como reflexos da sua formação e das normas do ambiente onde ela estava inserida, que preceituava um comportamento adequado àquele espaço de educação confessional: o da mulher discreta, silenciosa, comedida, cautelosa e obediente (MAGALHÃES JUNIOR, 2007). Conforme versado pela ex-colega de trabalho Jane Eyre Viana: “*Ela tinha muita disciplina. Exigia disciplina. Na época, a própria comunidade que ela vivia exigia isso. Eram irmãs bem austeras. [...] E ela era dura com as alunas*”¹⁰. Barroso (2000, p. 132) assevera que “[...] a determinação em assumir a missão da educação de adolescentes lhe caiu bem. Deu conta do recado. É possível reconhecer quem foi aluna da irmã Elisabeth no Imaculada”. Para o autor, reconheciam-se suas alunas por serem disciplinadas a seu exemplo: sérias, comportadas e religiosas, fato que agradava as famílias de elite, pois queriam filhas moderadamente instruídas, recatadas, prendadas, discretas e tolhidas o suficiente para serem consideradas “moças direitas”, ou seja, dignas de um bom pretendente (ARAÚJO, 2015).

⁷ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Jane Eyre Viana. Fortaleza, 8 ago. 2018. Duração: 1h30min.

⁸ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Cira de Matos Brito. Fortaleza, 24 set. 2018. Duração: 55min.

⁹ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Maria José Nunes. Fortaleza, 13 nov. 2018. Duração: 57 min.

¹⁰ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Jane Eyre Viana. Fortaleza, 8 ago. 2018. Duração: 1h30min.

O processo avaliativo de irmã Elisabeth era marcado pela cobrança da memorização dos conteúdos curriculares, no entanto ela se diferenciava por exigir sua aplicação prática. Rita de Cássia exemplificou esse fato:

Uma vez, ela passou uma prova para a gente [...]. Era a época do ponto sorteado. Ela chegou e escreveu no quadro: 'Dona Rita vai dar aula'. A prova era essa. [...] Ela vinha com um tema criativo e colocava, e a gente tinha que colocar toda a didática, aí dona Rita tinha que elaborar plano de aula, tinha que executar, tinha que fazer isso, aquilo, aquilo outro, aí desconsertava todo mundo. Tinha que colocar a matéria todinha ali, os conhecimentos teóricos no plano de aula que a gente ia fazer.¹¹

Para irmã Elisabeth, fixar o conteúdo era sinônimo de memorizá-lo, contudo acreditava que, para as futuras normalistas desenvolverem uma boa prática, era necessário que a estudante articulasse com precisão o conhecimento teórico com o prático, mesmo que de maneira descontextualizada e sentindo-se desconfortável com a surpresa do sorteio impositivo, sem aviso prévio, gerando medo e ansiedade. Nota-se que as práticas tradicionais continuaram enraizadas, pois tanto os professores eram formados com base nesse modelo quanto ele era considerado exitoso pelas famílias das estudantes (SOUZA, 1961).

De acordo com a filosofia que norteava as filhas de São Vicente, irmã Elisabeth também transmitia às alunas o sentimento caritativo. Então, em 1944 fundou a Associação das Luíças de Marillac, inspirada no modelo francês, que reunia moças interessadas em prestar solidariedade aos idosos de Fortaleza, principalmente nas regiões periféricas. Em 2002, a mentora da associação assim definiu as ações: “Era algo extraordinário, chegávamos a mobilizar a maior parte das alunas nesse movimento, que prestava assistência aos velhinhos da cidade [...], cada qual – em grupinhos de três, ia visitar esses velhinhos, prestar assistência, levar amor” (CAPIBARIBE NETO, 2002, p. 6).

Além dessa iniciativa com foco na obra de caridade, irmã Elisabeth também criou o Grêmio Lútero-Recreativo Irmã Simas, que despertava nas estudantes o gosto pela literatura clássica e pela música erudita, como relatou Inessilva de Alencar (2000, p. 92), ex-aluna da biografada:

¹¹ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Rita de Cássia Vasconcelos. Fortaleza, 7 jun. 2018. Duração: 40min.

A irmã Elisabeth que fundou o Grêmio Lútero-Recreativo Irmã Simas, onde aprendemos a ouvir os clássicos – imaginem um número grande de garotas do interior se dedicando a ouvir Bach, Mozart, Chopin e tantos outros [...]. Passamos a ler os Sermões do Padre Vieira, a consultar a Biblioteca Internacional das Obras Célebres - 24 volumes condensados dos grandes autores, O mundo pitoresco, O tesouro da juventude [...].

Consoante o exposto por Alencar (2000), percebe-se que o objetivo do Grêmio não era somente proporcionar às jovens o estudo de obras literárias, mas também a evangelização e a discussão sobre religião, já que estudavam sermões de religiosos, como os do padre Vieira. Portanto, o Grêmio foi veículo de sua religiosidade, funcionando como instrumento moralizador e de preservação dos bons costumes para a educação feminina.

Irmã Elisabeth também se dedicou à discussão filosófica entre os jovens estudantes do colégio, momento em que questionava a desigualdade social para mobilizar as discentes para as obras de caridade. Irmã Rita (07/06/2018), que na época era sua aluna, contou que:

[...] Ela tinha um grupo de discussão de filosofia com um grupo de jovens aqui do colégio, as alunas do 3º ano do Ensino Médio. Ela discutia muito esses temas modernos, lia muito. O professor de Filosofia era muito amigo dela, então ele estudava os temas com as alunas e trazia aquele grupo interessado para a sala onde ela ficava, e lá eles debatiam o assunto.¹²

Em decorrência do envolvimento com esse grupo, considerado crítico, irmã Elisabeth chegou a ser acusada de discutir sobre política e de instigar as jovens a se rebelarem contra o regime político que havia se instaurado no Brasil em 1964, quando se estabeleceu a ditadura militar (1964-1985) e se agravaram o autoritarismo e a retaliação a opositores do governo. Perseguiam-se aqueles que disseminavam o pensamento crítico e faziam resistência às ordens estabelecidas (PAULO NETO, 2014).

Para a ex-aluna Maria Costa, irmã Elisabeth sempre esteve a par dos acontecimentos de seu tempo e não deixava de comentar e de refletir sobre eles, inclusive criticando o regime, ainda que não fosse uma opositora veemente. Como exemplo, ela mencionou uma fala de irmã Elisabeth acerca da “Revolução de 1964”:

¹² Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Rita de Cássia Vasconcelos. Fortaleza, 7 jun. 2018. Duração: 40min.

“Vamos levar 20 anos para sair dessa!” (COSTA, 2000, p. 101). Curiosamente a freira, que sempre defendeu a obediência, a servidão e a ordem social, parecia estar sendo vigiada por proferir esse tipo de comentário.

Em 1999, em ocasião do aniversário de 134 anos do CIC, foi lançado o livro *Colégio da Imaculada Conceição: do Gênese ao Apocalipse*. O jornal *O Povo*, ao noticiar esse acontecimento, referiu-se à irmã Elisabeth como a maior responsável pela educação feminina na instituição, destacando que outrora a freira havia sofrido perseguição por parte do governo militar. Vejamos o referido trecho da notícia:

A palavra se fez arma de convencimento, incentivo, reflexão para mudar o mundo, e particularmente as suas alunas e ex-alunas. Nos momentos políticos conturbados de nossa história, a irmã Elisabeth teve também o seu holocausto. Padeceu no exílio, longe de suas queridas jovens companheiras [...]. (O POVO, 1999, p. 3).

O exílio ao qual o jornal se refere é o tempo em que irmã Elisabeth esteve em Paris estudando francês (1962-1963) e pouco depois atuando como tradutora na mesma cidade (1969-1971) e, na sequência, em Aracati, como superiora do Instituto São José e do Hospital Santa Luísa de Marillac (1971-1976). A esse respeito, não se comprovou perseguição e exílio por parte do governo, pois a própria congregação tratou de afastá-la por um tempo. A oferta de uma bolsa de estudos veio da então superiora do colégio, irmã Simas, a quem irmã Elisabeth devia obediência e, por esse motivo, para Cira de Matos Brito, a freira não tinha outra escolha a não ser aceitar a oferta: “[...] *Mas tem um negócio chamado voto de obediência que elas fazem, então ela não podia se rebelar. Se ela se rebelasse e não quisesse ir, ela iria presa, então ela foi*”¹³.

*Uns três ou quatro anos antes de morrer, ela falou que uma de suas alunas era filha de um coronel. E essa aluna comentou em casa sobre as reflexões em sala de aula. O pai, meio aborrecido, veio falar com a direção da escola, dizendo: ‘Ah! Vocês têm aqui uma irmã revolucionária!’. A direção achou por bem afastá-la das atividades escolares e a convidou para ir passar uma temporada em Paris*¹⁴.

Nesse cenário, no ano de 1968, terminou a carreira docente de irmã Elisabeth no CIC, interrompida por sua viagem a Paris. Todavia, sua trajetória como docente,

¹³ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Cira de Matos Brito. Fortaleza, 24 set. 2018. Duração: 55min.

¹⁴ Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Maria José Nunes Silveira. Fortaleza, 13 nov. 2018. Duração: 57min.

ainda que finalizada por sua “ousadia” de questionar a inoperância do governo para com os menos favorecidos, foi marcada por uma educação que reproduzia os valores sociais da elite cearense para a formação feminina (SOUSA; FERNANDES, 2019). Ela conquistou as famílias mais abastadas justamente por inculcar nas moças, a partir de uma educação austera, verticalizada e mnemônica, a importância de a mulher ser séria, recatada, subserviente a Deus e aos homens, pura, religiosa, discreta, boa mãe e dona de casa, colaborando para formar moças prendadas e escolarizadas o suficiente para atrair “bons casamentos”, ou seja, com homens de famílias com destaque econômico.

Destaca-se que justamente em 1968 aconteciam reformas importantes no campo educacional, prioritariamente no universitário, a partir da Lei n. 5.540, de novembro daquele ano, que instituiu a Reforma Universitária, modernizando as instituições públicas federais, que passaram a associar ensino, pesquisa e extensão, aboliu as cátedras vitalícias e implementou o sistema de matrículas por créditos e a progressão docente vinculada à titulação acadêmica (BRASIL, 1968). Seguida dessa reforma, foi implementada ainda a Lei n. 5.692/1971, a partir da qual o 1º Grau passou a abarcar os antigos Ensino Primário e Ginásio e o 2º Grau, então subdividido em Clássico, Científico e Normal, teve as três áreas equiparadas (BRASIL, 1971). No entanto, no Ceará, o escopo do CIC ainda se resumia a “[...] fazer letrados, inteiramente alheia à sua função social” (SOUSA, 1961, p. 236); especificamente nesse colégio, tais mudanças pareciam não afetar em nada a dinâmica organizacional e pedagógica da instituição, que tentava se isentar de discussões políticas, deixando as moças alheias à conjuntura política, tal como preconizava a formação mariana ali desenvolvida.

Considerações finais

A biografia de irmã Elisabeth Silveira compreendeu aspectos familiares, formativos e docentes, permitindo apresentar um registro histórico acerca da educação feminina em Fortaleza, Ceará, para responder à problemática inicial que questionava as condições formativas vivenciadas por Elisabeth Silveira e as suas práticas educativas empreendidas na educação feminina no Colégio da Imaculada Conceição (CIC), que lhe proporcionou relativo prestígio social no cenário educativo cearense.

O estudo, desenvolvido com o objetivo de compreender, a partir da biografia da irmã Elisabeth Silveira, a educação que lhe foi conferida e a sua atuação docente, o que lhe ensejou destaque social na formação feminina no período de 1943 a 1968, foi amparado teoricamente na História Cultural e metodologicamente na História Oral, entrecruzadas com fontes documentais — reportagens jornalísticas e livro de memórias.

Nota-se que a formação discente de Maria José, futura irmã Elisabeth Silveira, deu-se na capital cearense, onde o ensino era considerado de melhor qualidade do que no interior de morada de seus pais, Pacoti. Isso somente foi possível porque duas tias solteiras que residiam em Fortaleza aceitaram criar Elisabeth Silveira para colaborar com sua educação, com o objetivo de que a moça pudesse galgar educação diferenciada.

Sua escolarização iniciou-se com a educação primária no Grupo Escolar Santos Dumont; logo em seguida, foi estudar na mais prestigiada instituição para a educação feminina da cidade, o CIC, com as despesas custeadas de maneira colaborativa pelas duas tias e seus pais, pois importava somar recursos para custear essa escolarização, somente acessível a poucas moças cearenses. Afinal, restritas eram as famílias que possuíam condições financeiras para manter suas filhas estudando nessa instituição religiosa, de natureza confessional, que cobrava mensalidades e fardamentos e possibilitava acesso a materiais didáticos inacessíveis para maior parte das famílias cearenses.

Elisabeth Silveira estudou dos 10 aos 17 anos de idade no CIC, formação crucial para a constituição docente da profissional normalista, uma vez que foi nesse ambiente que manteve contato com os ensinamentos religiosos da Congregação São Vicente de Paulo e de Luísa de Marillac, líderes que fundaram a ordem do colégio. Ao retornar a sua cidade de origem, Pacoti, não se sentiu realizada, pois estava afastada da vida habitual que havia constituído na capital cearense.

Tornou-se professora do Grupo Escolar Menezes Pimentel, em Pacoti, mas aos 22 anos decidiu ser irmã de caridade, percurso por ela não idealizado nos tempos de estudante, mas adotado como mecanismo de fuga da vida no interior. Portanto, o CIC influenciou sobremaneira na percepção de Elisabeth Silveira acerca do ensino, da religiosidade e da docência, levando-lhe a adotar condutas consoantes aos

ensinamentos da sua congregação até os últimos dias de vida — humildade, obediência e discrição.

Quando professora, averiguou-se que os ensinamentos religiosos e a obra de caridade foram atributos de forte realce na figura dessa educadora, juntamente com a educação verticalizada. A corrente pedagógica adotada foi a tradicional, com a transmissão de conteúdos de maneira austera e com demasiada exigência. Elisabeth Silveira inclusive impunha que as suas alunas, além do comportamento exemplar, decorassem com maestria os conhecimentos repassados, treinando-as para sua utilização na prática docente. Sua prática era permeada pelo autoritarismo e pelo distanciamento ante uma postura austera, o que, por vezes, constrangia suas aprendizes.

Suas práticas eram caracterizadas pelo ensino mariano, que visava formar as moças à luz de Maria, ou seja, recatadas, disciplinadas, obedientes, tementes a Deus, subservientes ao pai ou marido, mães zelosas e donas de casa prendadas. Esses atributos eram valorizados nas moças da elite cearense de meados do século XX, pois à época tais mulheres eram preparadas, a partir da escolarização formal, para serem esposas e mães exemplares, e não para chefiarem uma família ou ocuparem cargos públicos de destaque. No máximo, deveriam atuar na docência com crianças, profissão permitida por ser compreendida como extensiva às atividades domésticas e femininas.

A fundação do Grêmio Lútero-Recreativo para discutir obras clássicas, bem como suas obras caritativas com os idosos das periferias de Fortaleza envolvendo as estudantes, era bem vista aos olhos da sociedade patriarcal, na qual se inseriam os pais das alunas. Todavia, as discussões filosóficas empreendidas com as jovens do último ano não tiveram a mesma aceitação social, por questionar o governo militar instaurado no Brasil em 1964. Em decorrência, a irmã superiora da instituição recebeu reclamação de pais que compunham grupos de apoiadores do regime autocrático, inconformados com a postura de crítica tecida por Elisabeth Silveira.

Como forma de não desapontar os pais da elite local e de silenciar Elisabeth Silveira, a irmã foi “agraciada” com uma bolsa de estudos em Paris, a qual não podia recusar, por ser proibida pelos preceitos religiosos de contrariar sua superiora, que tratou de mantê-la distante de Fortaleza até o final do período militar. Elisabeth Silveira retornou ao CIC somente em 1985, inicialmente na condição de diretora

(1985-1994) e posteriormente colaborando com a instituição de maneira mais branda até o final de sua vida como coordenadora da Associação das Ex-Alunas e assessora na direção (1996-2015).

Ante os resultados, conclui-se que a vida de Elisabeth Silveira, especialmente a sua docência, é um rico campo de estudo histórico na área da Educação, por possibilitar ampliar a compreensão sobre a educação feminina cearense. Contudo, ainda que a pesquisa colabore para a ampliação de reflexões e para a compreensão sobre a História da Educação do Ceará, os resultados de uma biografia não devem ser generalizados para outros contextos. De tal modo, sugere-se que outros pesquisadores, que se interessem em debruçar-se sobre a História da Educação e Profissionalização de mulheres, investiguem outras educadoras, em contextos diferentes, para inter-relacionar acontecimentos e ensejar novas narrativas, já que sempre há lacunas a serem reconstituídas em uma narrativa histórica.

Referências

- ALBERTI, V. História dentro da História. *In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.
- ALENCAR, I. A. Irmã Elisabeth: 80 anos de amor. *In: SOARES, M. N. M. (Org.). 80 anos... É bom que isto aconteça!.* Sobral: UVA, 2000. p. 91-93.
- ARAÚJO, H. L. M. R. *A tradicional Escola Normal Rural Cearense chega ao bairro de Fátima: formação das primeiras professoras primárias (1958-1950).* Fortaleza: UFC, 2015.
- AVELAR, A. S. A. A retomada da biografia histórica. *Oralidades: Revista de História Oral,* São Paulo, n. 2, p. 45-60, 2007.
- BARREIRA, A. *A escola primária no Ceará: ensaio sócio-pedagógico.* Fortaleza: Clã, 1949.
- BARROSO, M. J. R. C. Parece que foi ontem. *In: SOARES, M. N. M. (Org.). 80 anos... É bom que isto aconteça!.* Sobral: UVA, 2000. p. 130-133.
- BENCOSTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). *Educar,* Curitiba, n. 18, p. 103-141, 2001.
- BRANDÃO, E. *Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Edênia Brandão.* Fortaleza, 23 out. 2018. Duração: 24min.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União,* Rio de Janeiro, DF, 10 nov. 1937.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 nov. 1968.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRITO, C. M. *Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Cira de Matos Brito*. Fortaleza, 24 set. 2018. Duração: 55min.

BURKE, P. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CAPIBARIBE NETO. Irmã Elisabeth Silveira: missão de fé na arte de educar. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 22 set. 2002.

CARVALHO, S. O. Formação Docente e Práxis Pedagógica narrativa de uma professora. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3602>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CEARÁ. *Constituição Estadual do Ceará de 1945*. Assembleia Legislativa. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, 2005-2006. (Coleção Constituições Cearenses).

COSTA, M. C. P. Irmã Elisabeth: marcando vidas. In: SOARES, M. N. M. (Org.). *80 anos... É bom que isto aconteça!*. Sobral: UVA, 2000. p. 100-101.

DOSSE, F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2. ed. São Paulo: USO, 2015.

DALLABRIDA, N. *Ensino secundário público e de qualidade no antigo instituto de educação: Florianópolis, 1947-1963*. Florianópolis: Dois por Quatro, 2017.

FIALHO, L. M. F. Prefácio. In: NUNES, M. L. S. et al. (Org.). *Eu conto, você conta leituras e pesquisas (auto)biográficas*. Fortaleza: UECE, 2017. p. 21-30.

FIALHO, L. M. F.; DÍAZ, J. M. H. Maria Zelma de Araújo Madeira: memórias de formação e resistências da docente universitária negra. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 20, n. 65, p. 775-796, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/26441/24288>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FIALHO, L. M. F. et al. O uso da História Oral na narrativa da educação na História do Ceará. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3505/2954>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIRÃO, B. “Colégio das órfãs ao Imaculada”: um itinerário de amor ao próximo. In: SILVEIRA, M. J. N. (Org.). *Colégio da Imaculada Conceição: do Gênese ao Apocalipse*. Fortaleza: Tipogresso, 1999. p. 357-362.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

JUCÁ, G. N. M. As trilhas opcionais nos caminhos da História. In: VASCONCELOS, J. G.; MAGALHÃES JUNIOR, A. G. (Org.). *Memórias no plural*. Fortaleza: LCR, 2001. p. 11-17.

KNOBLAUCH, A.; TORALES, M. A. Pesquisas sobre identidade e socialização docente: ação e formação nas imbricações biográficas dos professores. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 843-862, 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4783/4738>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LIBÂNIO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, A. P. C. Legislação e processos educativos: a constituição da escola primária no Piauí (1845 a 1889). *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 50-65, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/866>. Acesso em: 30 jun. 2020.

LORIGA, S. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 443-481.

MAGALHÃES JUNIOR, A. G. *História, política e memória: necessidades humanas em exercício constante. Formação e práticas docentes*. Fortaleza: UECE, 2007.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História Oral: como fazer como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

NOGUEIRA, D. L. *Amália Xavier e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte: registros sob a constituição de uma cultura docente para a educação no campo*. Fortaleza: Imeph, 2011.

NUNES, L. Prefácio. In: FIALHO, L. M. F. et al. (Org.). *Ensaio de memórias e oralidades*. Fortaleza: UFC, 2014. p. 11-17.

NUNES, M. J. F. R. Freiras no Brasil. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 482-509.

O POVO. Confira a entrevista da irmã Elisabeth nas Páginas Azuis do O Povo. *O Povo*, Fortaleza, 30 abr. 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/04/30/noticiafortaleza,3430810/confira-a-entrevista-da-irma-elisabeth-nas-paginas-azuis-do-o-povo-60.shtml>. Acesso em: 12. jun. 2018.

O POVO. Irmã Elisabeth: valores eternos. *O Povo*. Fortaleza, 8 dez. 1999.

PAULO NETO, J. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

PRIORE, M. D. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

RODRIGUES, R. M. Biografia e gênero. In: FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, J. G.; SANTANA, R. J. (Org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: UECE, 2015. p. 54-70.

SILVEIRA, M. J. N. *Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Maria José Nunes Silveira*. Fortaleza, 13 nov. 2018. Duração: 57min.

SOARES, C.; VIANA, T. Jovita Alves Feitosa: memórias que contam a história da educação nas prisões cearenses. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 140-158, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/96>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SOARES, M. N. M. *80 anos... É bom que isto aconteça!*. Sobral: UVA, 2000.

SOARES, M. N. M. *Colégio da Imaculada Conceição: roteiro para uma visita ao passado*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

STEIN, E. *A mulher: sua missão segundo a natureza e a graça*. São Paulo: USC, 1999.

SOUSA, F. G. A. S.; FERNANDES, F. R. Análise de conteúdo de “As três Marias” e a instrução feminina cearense: práticas educativas, vigilância e transgressão. *Revista Pemo*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3484/2939>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOUZA, J. M. *Sistema educacional cearense*. Recife: MEC/Inep, 1961.

VASCONCELOS, R. C. *Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Rita de Cássia Vasconcelos*. Fortaleza, 7 jun. 2018. Duração: 40min.

VIANA, J. E. *Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Jane Eyre Viana*. Fortaleza, 8 ago. 2018. Duração: 1h30min.

VIEIRA, S. L. *Documentos de política educacional no Ceará: império e república*. Brasília, DF: Inep, 2006.

VIEIRA, S. L. *História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

RECEBIDO: 26/08/2020

RECEIVED: 08/26/2020

RECIBIDO: 26/08/2020

APROVADO: 04/12/2020

APPROVED: 12/04/2020

APROBADO: 04/12/2020